



SESCOOP/RN

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
no Estado do Rio Grande do Norte

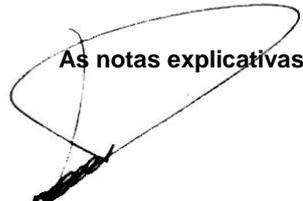
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	925.103	1.100.548
Outros créditos	4	11.708	10.687
Despesas pagas antecipadamente	5	6.223	6.343
Total do ativo circulante		<u>943.034</u>	<u>1.117.578</u>
Ativo não circulante			
Deposito Judicial	6	14.566	13.858
Imobilizado	7.1	297.089	251.233
Intangível	7.2	21.837	5.319
Total do ativo não circulante		<u>333.492</u>	<u>270.410</u>
Total do ativo		<u>1.276.526</u>	<u>1.387.988</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Roberto Coelho da Silva
Presidente
CPF: 067.126.224-68



Thiago Bruno Sousa Silva
Contador - CRC RN N ° 8470/O
CPF 055.848.974-50
CONTAF - Contabilidade e Assistência Fiscal Ltda



SESCOOP/RN

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
no Estado do Rio Grande do Norte

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar	8	19.790	78.666
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	9	18.807	29.105
Provisões trabalhistas	10	21.334	32.970
Total do passivo circulante		<u>59.931</u>	<u>140.741</u>
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	11	1.216.595	1.247.247
		<u>1.216.595</u>	<u>1.247.247</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.276.526</u></u>	<u><u>1.387.988</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Roberto Coelho da Silva
Presidente
CPF: 067.126.224-68



Thiago Bruno Sousa Silva
Contador - CRC RN N^o 8470/O
CPF 055.848.974-50
CONTAF - Contabilidade e Assistência Fiscal Ltda



SESCOOP/RN

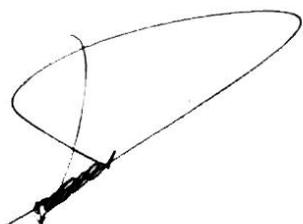
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
no Estado do Rio Grande do Norte

Demonstrações do superavit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	12	2.498.452	2.263.519
(Despesas)/ Outras receitas operacionais			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	13	(571.887)	(571.860)
Serviços profissionais e contratados	14	(918.172)	(848.615)
Administrativas	15	(854.353)	(780.653)
Institucionais	16	(214.235)	(166.269)
Tributárias	17	(12.787)	(10.438)
Depreciações e amortizações	7.1 e 7.2	(73.236)	(67.349)
Outras receitas/(despesas) Operacionais	18	(816)	7.574
		<u>(2.645.486)</u>	<u>(2.437.610)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(147.034)</u>	<u>(174.091)</u>
Resultado financeiro líquido	20	116.382	126.306
Déficit do exercício		<u>(30.652)</u>	<u>(47.785)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Roberto Coelho da Silva
Presidente
CPF: 067.126.224-68



Thiago Bruno Sousa Silva
Contador - CRC RN N° 8470/O
CPF 055.848.974-50
CONTAF - Contabilidade e Assistência Fiscal Ltda



SESCOOP/RN

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
no Estado do Rio Grande do Norte

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Déficit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos acumulados em 31/12/2014	1.295.032	-	1.295.032
Déficit do exercício	-	(47.785)	(47.785)
Transferência do déficit para patrimônio social	(47.785)	47.785	-
<hr/>			
Saldos acumulados em 31/12/2015	1.247.247	-	1.247.247
Déficit do exercício	-	(30.652)	(30.652)
Transferência do déficit para patrimônio social	(30.652)	30.652	-
<hr/>			
Saldos acumulados em 31/12/2016	<u>1.216.595</u>	<u>-</u>	<u>1.216.595</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Roberto Coelho da Silva
Presidente
CPF: 067.126.224-68



Thiago Bruno Sousa Silva
Contador - CRC RN N° 8470/O
CPF 055.848.974-50
CONTAF - Contabilidade e Assistência Fiscal Ltda



SESCOOP/RN

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
no Estado do Rio Grande do Norte

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Déficit do exercício	(30.652)	(47.785)
Ajustes para reconciliar o superavit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	73.236	67.350
Baixa do Ativo Imobilizado	1.654	824
	<u>44.238</u>	<u>20.389</u>
(Redução) nos ativos		
Outros créditos	(1.021)	1.961
Depósito Recursal	(708)	(626)
Despesas pagas antecipadamente	120	1.068
	<u>(1.609)</u>	<u>2.403</u>
Aumento nos passivos		
Contas a pagar	(58.876)	34.398
Provisões trabalhistas e outras	(11.636)	(5.731)
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	(10.298)	1.693
	<u>(80.810)</u>	<u>30.360</u>
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	<u>(38.181)</u>	<u>53.152</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(115.516)	(3.160)
Adições ao ativo intangível	(21.748)	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	<u>(137.264)</u>	<u>(3.160)</u>
Redução / Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(175.445)</u>	<u>49.992</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.100.548	1.050.556
No final do exercício	925.103	1.100.548
Redução / Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(175.445)</u>	<u>49.992</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Roberto Coelho da Silva
Presidente
CPF: 067.126.224-68

Thiago Bruno Sousa Silva
Contador - CRC RN N ° 8470/O
CPF 055.848.974-50
CONTAF - Contabilidade e Assistência Fiscal Ltda

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/98 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017/99, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O SESCOOP integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do SESCOOP evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema SESCOOP opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional (o SESCOOP Nacional (SESCOOP NA), com sede em Brasília) e de 27 unidades estaduais que atuam nos 27 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

A Entidade está sujeita, ainda, à auditoria externa independente e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70. e 71. da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº

8.443/92 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”

De acordo com o Artigo 150. da Carta Magna:

“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (EC nº 3/93 e EC nº 42/2003) – VI – Instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.”

A administração da entidade, baseada no posicionamento técnico de seus assessores jurídicos, entende que é imune de qualquer tipo de imposto, inclusive sobre rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, tendo em vista que esta remuneração trata-se predominantemente de uma recomposição de perdas por reflexos inflacionários e que tanto o valor principal quanto o acessório (rendimento) são aplicados fundamentalmente nas finalidades essenciais de seu objeto social.

De acordo com o inciso I do Artigo 12. do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, o SESCOOP RN está isento também da contribuição social.

As operações dos SESCOOPS estaduais são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse de recursos efetuados pelo SESCOOP Nacional. Havendo déficit apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração, por meio do colegiado e Conselho Fiscal da Entidade no dia 31 de março de 2017.

2. Preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da SESCOOP RN foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem, respectivamente, os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações do SESCOOP RN, especificamente as suas despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao SESCOOP RN são reconhecidas contabilmente no momento do efetivo recebimento financeiro.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.2.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 7.1.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.4. Impairment

O SESCOOP RN avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, o SESCOOP RN reconheceria no resultado a perda por impairment. Foi elaborado um relatório interno do SESCOOP RN, visando atender as exigências contidas no CPC PME, e não foi identificada a necessidade de provisão para desvalorização de ativos em 31 de dezembro de 2016.

2.2.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, e taxa de depreciação, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 7.2.

2.2.6. Contas a Pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal legal, os quais propiciem ao SESCOOP RN bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.7. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.8. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros, serão gerados em favor do Sescop RN e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Sescop RN possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, dos ativos intangíveis, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

- a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- b) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões

judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

(ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.4. Novas normas e interpretações de normas

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, das quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Entidade, visto que o CPC ainda não fez a emissão dos pronunciamentos locais equivalentes. A Entidade está avaliando os impactos da adoção nas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros (Financial Instruments);
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017) – Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers);
- IAS 16 e IAS 38 (aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2016) – Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization - Amendments to IAS 16 and IAS 38).

2.5. Gestão de riscos

a) Gestão de risco financeiro

As atividades da entidade a expõe a riscos financeiros como crédito e juros. A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- Superintendência administrativa: órgão de gestão administrativa da entidade;
- Conselho fiscal: órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
- Conselho de administração: órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia concentração de risco de crédito relevante, assim como a entidade não possuía qualquer operação relacionada a derivativos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	/12/2014
Fundos de caixa	2.640	1.300	1.300
Bancos	980	6.123	29.473
Aplicações financeiras (a)	921.483	1.093.125	1.019.783
Total	925.103	1.100.548	1.050.556

- (a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituição financeira de primeira linha, com resgate a qualquer momento, na modalidade de Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI) com rendimento médio de 98% do CDI mensal:

Instituições financeiras	Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil S/A	CDB DI	707.433	1.093.073
Banco do Brasil S/A	POUPANÇA	214.050	52
Total		921.483	1.093.125

4. Outros créditos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos a empregados (a)	4.110	10.687
IRRF a Recuperar	7.598	-
Total	11.708	10.687

- (a) Adiantamento de férias coletivas aos empregados do SESCOOP/RN em dezembro 2016 para gozo apenas em 2017.

5. Despesas pagas antecipadamente

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Seguros a apropriar – veículo	4.646	4.766
Despesas com pessoal a apropriar – seguro de vida	1.577	1.577
Total	6.223	6.343

6. Depósitos judiciais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito recursal (a)	14.566	13.858
Total	14.566	13.858

- (a) Depósito Judicial, Processo 3832009-0, Ação Civil Pública- Contratação de empregados, com suposta violação do art. 37 da Constituição Federal, por entender o Ministério Público do Trabalho que o sistema “S” obrigatoriamente deve realizar concurso público para a seleção de empregados. O processo esta em andamento desde 01/04/2013 aguarda uma posição do Supremo Tribunal Federal, assim nossos assessores jurídicos entendem que seja possível a perda nessa causa.

7. Imobilizado e Intangível

7.1. Imobilizado

Descrição	% – Taxas anuais de depreciação	31/12/2016			31/12/2015
		Custo	Depreciado	Líquido	Líquido
Mobiliário	10%	143.706	(76.720)	66.986	79.604
Veículos	20%	118.500	(44.931)	73.569	92.825
Máquinas e equipamentos	10%	61.334	(31.518)	29.816	33.563
Equipamentos de informática	20%	244.739	(122.577)	122.162	36.811
Equipamentos de comunicação	10%	23.548	(18.992)	4.556	8.430
Total		591.827	(294.738)	297.089	251.233

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2015:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2014	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2015
Mobiliário	89.185	3.160	-	(12.741)	79.604
Veículos	112.082	-	-	(19.257)	92.825
Máquinas e equipamentos	39.018	-	-	(5.455)	33.563
Equipamentos de informática	55.178	-	-	(18.367)	36.811
Equipamentos de comunicação	17.672	-	(825)	(8.417)	8.430
Total	313.135	3.160	(825)	(64.237)	251.233

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2016:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2015	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2016
Mobiliário	79.604	-	-	(12.616)	66.986
Veículos	92.825	-	-	(19.256)	73.569
Máquinas e equipamentos	33.563	3.164	(1.315)	(5.595)	29.816
Equipamentos de informática	36.811	112.352	(339)	(26.661)	122.162
Equipamentos de comunicação	8.430	-	-	(3.874)	4.556
Total	251.233	115.516	(1.654)	(68.006)	297.089

A Entidade constituiu comissão para avaliar os bens do ativo imobilizado e intangível sobre os aspectos de tempo de vida útil, taxas de depreciação e avaliação. A comissão não encontrou valor residual relevante e/ ou alteração no tempo de vida útil dos bens patrimoniais do SESCOOP RN. Conforme registros e controles existentes, não sendo realizado nenhum ajuste contábil em decorrência desta avaliação.

7.2. Intangível

A seguir, demonstramos a composição do ativo intangível, conforme determinado no CPC 04 e NBC T 19.8 “Resolução CFC nº 1.139/2008”:

	% – Taxas anuais de depreciação	31/12/2016	31/12/2015
Direitos de uso de software	20%	21.837	5.319
Total do intangível	-	21.837	5.319

Destacamos a seguir a movimentação do ativo intangível em 2015:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2014	Adição	Baixa	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2015
Direitos de uso de software	8.431			(3.112)	5.319
Total	8.431			(3.112)	5.319

Destacamos a seguir a movimentação do ativo intangível em 2016:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2015	Adição	Baixa	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2016
Direitos de uso de software	5.319	21.748		(5.230)	21.837
Total	5.319	21.748		(5.230)	21.837

8. Contas a pagar

Obrigações referentes às aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores – pessoa jurídica	19.790	78.666
Total	19.790	78.666

9. Salários, encargos sociais e impostos a pagar

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento dos funcionários e demais pessoas jurídicas e físicas prestadoras de serviços, cuja posição e comentários analíticos estão descritos a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Encargos, consignações sobre a folha de pagamento (a)	7.097	26.583
Encargos sobre terceiros (b)	11.710	2.522
Total	18.807	29.105

- (a) Os saldos anteriores referem-se aos impostos retidos e incidentes sobre folha de pagamento e férias dos funcionários do Sescop RN no mês de dezembro de 2016 só recolhidos em janeiro de 2017;
- (b) Os saldos referem-se a IR, PIS, COFINS, CSLL e ISS sobre serviços tomados de cooperativas no mês de dezembro de 2016 só recolhidos em janeiro de 2017.

O Sescop RN calcula e recolhe as contribuições de acordo com a legislação vigente.

10. Provisões trabalhistas e encargos sociais e previdenciários

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Férias e abonos pecuniários com respectivos adicionais de 1/3	12.901	23.618
INSS sobre férias	6.112	6.615
FGTS sobre férias	2.063	2.433
PIS sobre férias	258	304
Total	21.334	32.970

11. Patrimônio social

Composto substancialmente de superávit e ou déficit acumulados:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio Social	1.216.595	1.247.247
Total	1.216.595	1.247.247

12. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receita de Contribuições – SESCOOP (a)	1.487.789	1.280.471
Receitas de transferências às UEs (b)	1.010.663	983.048
Total	2.498.452	2.263.519

- (a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS para o SESCOOP Nacional;
- (b) Refere-se a um repasse suplementar de recursos fornecidos pelo SESCOOP Nacional acrescido da realização de Receitas com projetos especiais – FUNDECOOP.

13. Pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Vencimentos e remunerações	(361.857)	(350.286)
Encargos trabalhistas	(116.433)	(123.545)
Benefícios sociais	(93.597)	(89.404)
Indenizações Trabalhistas	-	(8.625)
Total	(571.887)	(571.860)

14. Serviços profissionais e contratados

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Serviços técnicos especializados PJ	(660.870)	(598.181)
Transportes	(12.764)	(10.184)
Serviços gerais PJ	(181.481)	(162.212)
Estagiários	(3.757)	(25.348)
Outros serviços de terceiros – PJ	(1.745)	(2.759)
Encargos sobre serviços de terceiros	(57.555)	(49.931)
Total	(918.172)	(848.615)

15. Despesas administrativas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com dirigentes e conselheiros	(125.663)	(61.159)
Ocupação e serviços públicos	(230.303)	(203.675)
Despesas de comunicação	(39.870)	(42.921)
Material de consumo	(132.391)	(151.748)

Material de consumo Durável	-	-
Passagens e locomoções	(118.260)	(133.808)
Diárias e hospedagens	(189.974)	(180.102)
Outras despesas de viagens	(17.892)	(7.240)
Total	(854.353)	(780.653)

16. Despesas institucionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Locações	(2.660)	(5.225)
Materiais para treinamento	(20.958)	(13.790)
Premiações	(4.803)	(1.494)
Serviços e divulgações institucionais	(159.089)	(130.001)
Auxílios financeiros a estudantes	(26.725)	(15.759)
Total	(214.235)	(166.269)

17. Despesas tributárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Estaduais	(2.396)	(2.491)
Municipais	(10.381)	(7.398)
Outras despesas tributárias	(10)	(549)
Total	(12.787)	(10.438)

18. Outras Receitas/Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de despesa (a)	838	8.400
Custo na Alienação/ Baixa do Ativo Imobilizado (b)	(1.654)	(825)
Total	(816)	7.575

(a) Recebimento referente à devolução de valor pago a maior pela Entidade, para prestadora de serviço.

(b) Custo na baixa de ativo imobilizado (mobiliário, maquinas e equipamentos, Equipamentos de Informática), autorizado pela administração na 85ª e 89ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do SESCOOP/RN.

19. Transações com partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

De acordo com o regimento interno do SESCOOP Nacional é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

20. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	122.796	129.066
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(6.414)	(2.760)
Resultado financeiro	116.382	126.306

22. Seguros

O Sescop RN adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

* * *